

# A nova abordagem do câncer

Segundo projeção da Organização Mundial da Saúde, o número de novos casos de câncer aumentará de 10 milhões para 15 milhões, em 20 anos, e 60% ocorrerão nos países em desenvolvimento. No Brasil, o INCA estima mais de 470 mil novos casos de câncer a cada ano, e que já representa a segunda causa de morte, com mais de 130 mil óbitos anuais. Para se ter uma idéia da magnitude desses números, trata-se de um universo de pacientes maior do que o total de brasileiros infectados pelo vírus HIV nos últimos 24 anos. Mas esses números seriam infinitamente maiores, não fossem os 70 anos de atuação do Instituto Nacional de Câncer, que colocou o Brasil entre os cinco principais centros de referência mundial para o tratamento da doença, desde 2002. Hoje, graças a esse trabalho, nossas estimativas e expectativas são similares às do Primeiro Mundo.

O INCA surgiu com a missão de assessorar o Ministério da Saúde na abordagem do câncer, o que no início era quase uma utopia diante da falta de recursos e de estrutura. Ao longo do tempo, surgiram tecnologias mais avançadas e modernas para o tratamento do câncer que, além de incorporarem mudanças no conhecimento da própria doença, refletiram-se em alterações na estrutura e no perfil do Instituto, sem abandonar jamais seu compromisso inicial. Um desses marcos históricos foi, por exemplo, a introdução da radioterapia, que permitiu o tratamento na maioria dos casos, mas não visava a cura. À época, era o primeiro tratamento paliativo de relativa eficácia que proporcionava melhor qualidade e prolongamento da vida do paciente.

Hoje, o câncer é reconhecido como um problema de saúde pública que requer uma abordagem multidisciplinar. Para se ter uma noção dessa complexidade, precisamos estabelecer metas: reduzir a mortalidade, reduzir a incidência de novos casos e melhorar a qualidade de vida do paciente. Para obter qualquer resultado nessa luta, é preciso combinar resultados nesses três propósitos.

Nessa perspectiva, o INCA direciona seu foco de atuação para a estruturação da Rede de Atenção Oncológica. Trata-se de uma nova diretriz que propõe uma mudança de filosofia na abordagem do câncer. É preciso estender a responsabilidade do controle da doença a todos os níveis e setores da sociedade, tendo como enfoque a prevenção. A implementação da Rede baseia-se no desenvolvimento de mecanismos de integração dentro e fora do SUS e fora, com a sociedade.

Mas como viabilizar isso? Com a posse do novo ministro da saúde, José Gomes Temporão, há uma expectativa muito boa, graças ao cenário político favorável, de modo especial para o Rio de Janeiro, que restabeleceu saudáveis relações administrativas e políticas com o governo federal.

Nacionalmente, o Sistema Único de Saúde do Brasil tem evoluído de forma fantástica e conquistado muitas vitórias. Somos um dos poucos países a erradicar algumas doenças, como sarampo, poliomielite e varíola. Nosso programa de atendimento

## Política preventiva envolve a sociedade no controle da doença

da Aids é exemplo mundial, bem como nosso programa de imunização.

O problema é que, quando se trata de câncer, ainda há muita desinformação e preconceito. É, portanto, um problema que não está restrito aos especialistas, e deve ser visto pelo conjunto de profissionais da saúde. De modo geral, a população recebia um diagnóstico de câncer como se fosse uma sentença de morte. Hoje, não é mais assim.

A consolidação da Rede deve envolver representantes dos mais diversos segmentos, como jornalistas, professores e formadores de opinião, para difundir a nova filosofia. Por isso, ela também deve ser complexa, composta de diversas sub-redes que se entrelaçam por região, abrangendo vários aspectos de controle da doença, como pesquisa, prevenção, promoção de hábitos saudáveis, diagnóstico precoce e tratamento.

Mudar a cultura e pôr fim ao preconceito: esse é o conceito básico da rede. Para isso, é preciso articular diferentes saberes, perspectivas e setores da sociedade para mostrar que o câncer há muito deixou de ser doença fatal.

Um ótimo exemplo desse trabalho consistente de comunicação e mobilização social é a campanha de combate ao tabagismo. Internamente, o sucesso das nossas ações educativas permitiu uma redução de 32% para 19% na prevalência de fumantes na população, entre 1989 e 2003. Fora de casa, fomos escolhidos pelos

192 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) para presidir o processo de negociação, que resultou no primeiro tratado internacional de saúde pública da história, que visa frear a expansão da epidemia do tabagismo: a Convenção Quadro. Trata-se de novo contexto para o combate ao câncer, que promove a integração de diferentes atores sociais para a articulação de uma rede consistente, que abrange todo o território nacional. A partir da mobilização social, reeducaremos a sociedade, mudando definitivamente a abordagem da doença como problema de saúde pública. Isso significa, por exemplo, ter consciência de que o câncer pode ser causado pelo tabagismo ou que pode ser facilmente curado e detectado cedo, com exames de rotina.

Por isso, a disseminação da informação é um componente fundamental. Precisamos, juntos, acabar com o preconceito. ■

